

PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Nº 13069

Modalidade: Pregão Presencial

Edital Nº 31/2023

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMAS E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

JUSTIFICATIVA / FINALIDADE / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A Atenção Básica (AB), através da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), se define como o primeiro nível de atenção à saúde em uma rede ou sistema integrado de serviços para o atendimento integral às necessidades de saúde da população. No Sistema Único de Saúde (SUS), cabe aos municípios a organização e a realização da AB em consonância com os princípios definidos pela esfera federal e estadual. O processo de gestão da informação apoia os profissionais e gestores nas atividades de identificação, aquisição, organização, armazenamento, distribuição e uso adequado da informação, independentemente do formato ou meio em que se encontra (seja em documentos físicos ou digitais). Seu objetivo é fazer com que as informações cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo. Isso é alcançado através da sinergia entre a tecnologia da informação e comunicação (TIC) e os recursos informativos visando o desenvolvimento de estratégias e estruturação de atividades organizacionais. A Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), de caráter orientador, apresentam princípios e diretrizes norteadores de uma organização institucional, tais como: a melhoria da qualidade e do acesso ao sistema de saúde brasileiro; a transparência e segurança da informação em saúde; o acesso à informação de saúde pessoal como um direito do cidadão; o suporte da informação para tomada de decisão por parte do gestor e profissional de saúde; e, por fim, o desenvolvimento institucional do SUS e de todo o sistema de saúde brasileiro, com ganho de eficiência na redução do número de sistemas de informação em saúde existentes ou sua simplificação, gestão e formação de pessoas, monitoramento e avaliação das ações, logística, pagamento e transferência de recursos e outros processo-meio. A Estratégia e-SUS Atenção Básica oferta aos profissionais da Atenção Básica a solução do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), que conta com uma gama de ferramentas que auxiliam o seu trabalho, na organização da agenda da equipe, durante o registro de seus atos de cuidado e do acompanhamento da saúde dos usuários do serviço. Para que seu uso seja realizado de forma adequada pelas equipes de AB, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) necessitam de uma estrutura de informatização e conectividade mínima, para que seja possível a implantação de um sistema de prontuário eletrônico com esta complexidade. Com vistas a dar continuidade à execução das ações propostas na PNIIS de 2016, focando na construção e evolução da estrutura de e-Saúde no âmbito do SUS no país, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) publicou a Resolução nº 7, de 24 de novembro

de 2016 que “define o prontuário eletrônico como modelo de informação para registro das ações de saúde na atenção básica e dá outras providências”, como forma de impulsionar a preparação das UBS para o uso de soluções de prontuário eletrônico em todo o território nacional. Atualmente ainda há uma lacuna importante no que tange a informatização de grande parte das UBS em grande parte dos municípios brasileiros, seja na infraestrutura de equipamentos de informática, seja na disponibilidade de conectividade, impactando diretamente na capacidade de implantação de sistemas de PE nestas unidades de saúde. Por tudo exposto, para que os objetivos estratégicos de qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade no compartilhamento nacional de dados do SUS, se fazem necessária a contratação de solução que contemple serviços de software de gerenciamento da solução, disponibilização e implantação, treinamento dos profissionais de saúde e suporte técnico para dar sustentação ao uso;

O objeto consiste na contratação dos serviços de capacitação e suporte em sistemas de saúde como:

* ESUS AB - estratégia e-SUS AB - PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) e CDS – Coleta Seletiva de Dados, e-SUS Território e e-SUS atenção domiciliar.

* SIASUS - Sistema De Informações Ambulatoriais. Registro dos atendimentos realizados no âmbito ambulatorial. Sistema padronizado em âmbito nacional constituiu-se em instrumento fundamental à gestão municipal do SUS. Tem como finalidade registrar os atendimentos e tratamentos realizados em cada estabelecimento de saúde no âmbito ambulatorial.

* BPA-Mag - É um aplicativo de captação e destina-se ao registro dos procedimentos realizados pelos estabelecimentos de saúde, estes procedimentos são registrados de duas formas: Boletim De Produção Ambulatorial Consolidado (BPA-c) e Boletim De Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-i). O BPA-Mag permite a apresentação da competência atual, ou competência vigente, e de três competências anteriores.

* FPO - a Ficha De Programação Orçamentária foi implantada no início da década de 1990, quando instituído o sistema de informação ambulatorial - SIA/SUS. A Ficha De Programação Orçamentária foi o instrumento de programação do SIA/SUS.

* HORUS – Sistema para gerenciamento de produtos farmacêuticos;

* CNES - Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde é o sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrem o Sistema Único De Saúde (SUS). Trata-se do cadastro oficial do Ministério Da Saúde (MS) no tocante à realidade da capacidade instalada e mão-de-obra assistencial de saúde no Brasil em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, com convênio SUS ou não. O CNES é a base cadastral para operacionalização de mais de 90 (noventa) sistemas de base nacional, tais como: Sistema De Informação Ambulatorial (SIA), Sistema De Informação Hospitalar (SIH), E- Sus Atenção Primária (E-SUS APS), entre outros. É uma ferramenta auxiliadora, que proporciona o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, de forma a auxiliar no planejamento em saúde das três esferas de Governo, para uma gestão eficaz e eficiente.

I - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 18.457.291/0001-07, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38.270-000 - Campina Verde-MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Edital Nº31/2023, tipo PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA)

HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE/MG, para atender com mais agilidade e eficiência suas funções, pregão este que está submetido nos termos da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, da Lei Complementar Nº 123, de 16 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando-se, substancialmente, no que couber a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Lei Municipal Nº 1.791 de 30.08.2010, esta no que couber e demais exigências deste Edital; cuja Proposta de Preços e Documentação de Habilitação deverá ser entregue na data, local e horário abaixo mencionado.

1.2 - O Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria Nº 005/2023 de 02 de janeiro de 2023 receberá os documentos de Credenciamento, envelopes de proposta de preço e de documentação de Habilitação e dará início à sessão pública de julgamento, na data, horário e local indicados:

1.2.1 - Data: 02 de maio de 2023;

1.2.2 - Horário: Até as 09:00 horas;

1.2.3 - Local: Sede do Município localizado à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38.270-000 - Campina Verde-MG

1.2.4 - Data de Abertura dos Envelopes de proposta de Preço e de Documentos de Habilitação dia 02 de maio de 2023, após o encerramento do credenciamento.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

II - DO OBJETO

2.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMAS E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE/MG, conforme especificações constantes deste instrumento convocatório e de seus anexos.

III - DA DOCUMENTAÇÃO INICIAL PARA O CREDENCIAMENTO

(DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES)

3.1 - Os interessados deverão apresentar-se, perante o Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munidos dos seguintes documentos:

3.1.1 - CARTA CREDENCIAL/PROCURAÇÃO (modelo - Anexo II);

3.1.1.1 - **Se for procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante, **a procuração deverá ter firma reconhecida.**

3.1.1.2 - Os representantes deverão identificar-se exibindo o documento oficial de identificação que contenha foto;

3.2.1 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (modelo Anexo III);

3.2.1.1 - O/A representante da licitante, devidamente credenciado, poderá no período de credenciamento, de próprio punho, declarar que cumpre plenamente os Requisitos de Habilitação solicitados no edital, caso não tenha feito antes.

3.3.1 - DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (modelo - Anexo IV)

3.4.1 - QUANDO SE TRATAR DE MICRO EMPRESA(ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP) - Lei Complementar Nº 123/2006, apresentar declaração de ME ou EPP (modelo - Anexo V)

3.4.1.1 - A não apresentação da declaração de ME e EPP, constante do item anterior no CREDENCIAMENTO, NÃO inabilitará a empresa de participação, nem a impedirá de participar da fase de lances, mais produzirá o entendimento de que não se trata a empresa licitante, de ME ou EPP, decaindo da condição de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

3.5.1 - CÓPIA OU ORIGINAL DO ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL OU REGISTRO COMERCIAL NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA, (SE CÓPIA, APRESENTAR O ORIGINAL PARA CONFERÊNCIA);

3.6 - A EMPRESA QUE NÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO SERÁ CONSIDERADA INABILITADA, NÃO PODENDO APRESENTAR LANCES, NÃO PODERÁ MANIFESTAR-SE DURANTE A SESSÃO E FICARÁ IMPOSSIBILITADA DE RESPONDER PELA LICITANTE, E INTERPOR RECURSO EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, SOMENTE SERÁ APROVEITADA SUA PROPOSTA INICIAL ESCRITA.

IV - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 - O Edital completo estará disponível para exame de todos no site do Município: www.campinaverde.mg.gov.br ou no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG, à rua 30 Nº 296, bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38270-000, Campina Verde/MG, no horário das 13:00 às 17:00 horas, se segunda a sexta-feira, exceto feriados, ou ainda, através de solicitação pelo e-mail licitacao03@campinaverde.mg.gov.br. Telefone para contato: (34) 3412-9117

4.2 - Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação serão recebidos até as 09:00 horas do dia 02 de maio de 2023, no Protocolo Geral da Sede da Prefeitura

Municipal de Campina Verde/MG, localizada no endereço acima mencionado, onde serão apresentados na Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

4.3 - O HORÁRIO DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES ENCERRA-SE ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 02 de maio de 2023, PORTANTO, NÃO SERÁ ACEITO PROTOCOLO DE ENVELOPE TARDIO;

4.4 - A sessão pública de realização do Pregão Presencial será conduzida pelo pregoeiro, que terá atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à Licitação.

4.5 - A disputa entre os interessados ocorrerá através de propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública;

4.6 - Até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para realização da sessão pública; qualquer pessoa poderá questionar ou solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão mediante petição por escrito e protocolado no protocolo geral à Rua 30 Nº 206, Bairro Medalha Milagrosa, CEP: 38.270-000 em Campina Verde/MG, no horário de 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira, exceto, feriados, e , devendo o Município, através do Pregoeiro, julgar e responder sobre a petição no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas;

4.7 - A manifestação da intenção de recorrer sobre o julgamento das propostas e documentação habilitadora e sessão do Pregão, será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes credenciados, registrarem em ata a síntese de suas razões;

4.8 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar a documentação exigida para o Credenciamento e entregarão os envelopes contendo as propostas e a documentação exigida no certame;

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

5.2 – VISITA TÉCNICA

5.2.1 A proponente deverá apresentar “atestado de visita técnica”, conforme o modelo abaixo:
MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(emitido pelo Município)

ATESTO que o representante legal do(a) _____, interessado(a) em participar do Pregão nº __/__, Processo nº __/__, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. A licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços. (Local e data).

(nome completo, assinatura e qualificação do preposto da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a vistoria)

5.2.2 A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

5.2.3 Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada pelos telefones (34) 3412-9130 – 07:00 horas às 11:00 horas, agendar com a Senhora Quênia Borges de Assunção, e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública.

5.2.4 Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

5.2.5 As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração.

5.2.6 O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, prazos ou condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação

5.2.7 O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo abaixo:

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão nº __/__, Processo nº __/__, DECLARO que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços. (Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do preposto da licitante)

5.3 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5.4 - Caso o ramo de atividade no seu ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, e/ou incompleto, a empresa não será credenciada por não atender as condições de credenciamento¹.

5.5 - Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93², não será permitida a participação de empresas:

a) Estrangeiras que não funcionem no país;

b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e as que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

c) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02 e da Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)³;

d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;

e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Com falência decretada;

e) Entidades do Terceiro Setor;

¹ACÓRDÃO Nº 42/2014 - TCU - Plenário – O CNAE é apenas um indicador, mas não pode ser tomado como prova absoluta acerca da compatibilidade ou não entre a atividade do licitante e o objeto licitado – Acórdão 1.203/2011 - TCU – Plenário.

²(...) Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. (...) § 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada. (...) § 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração. (...) § 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. (...) § 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

5.6 - Que não seja ou não possua entre seus sócios pessoais ligadas ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores deste Município, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o 2º Grau ou por adoção.

VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - As Propostas de Preços serão entregues em **envelopes lacrados**, constando na parte externa as seguintes indicações;

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

6.2 - A proposta de preços deverá ser digitada e apresentada em via rubricada e assinada pelo titular ou representante legal da proponente, sem emendas rasuras, ressalvas ou entrelinhas, informando os dados cadastrais da empresa, tais como: Razão Social, CNPJ, Endereço completo, CEP, cidade, telefone, e-mail, etc., podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo VI deste edital;

6.3 - Valor total do item já incluído todo custo com traslado, impostos, hospedagem, alimentação e demais encargos, por conta do licitante;

6.4 - Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 64, da lei nº 8.666/93;

6.5- O referido prazo de validade das propostas ficará suspenso caso haja interposição de recursos;

6.6- Preço unitário em algarismos romano e por extenso, ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerá o por extenso;

6.7- O valor proposto deverá ser apresentados com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula;

6.8- As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o Artigo 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

6.9- Apresentação da proposta de preços da licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e as condições estabelecidas neste Edital, e que obteve as informações necessárias antes de preparar sua proposta de preços;

6.10- Fica entendido que as especificações e toda a documentação de licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omite em outro será considerado especificado e válido;

6.11- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão Presencial, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

6.12- Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos;

6.13- *Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as exigências do presente Pregão Presencial, bem como as que contemplem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagem não prevista neste Edital;*

6.14- A protocolização dos envelopes faz prova de que a licitante adere inexoravelmente ao procedimento licitatório;

6.15 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterada quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere ao preço, condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais.

VII -DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1- Para a habilitação na presente licitação as proponentes interessadas deverão apresentar os documentos constantes dos subitens seguintes, em **envelopes lacrados**, contendo na parte externa as indicações conforme abaixo:

ENVELOPE Nº 02 – “HABILITAÇÃO”
Processo Nº 13069 Modalidade: Pregão Presencial Edital Nº 31/2023 Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
NOME DA EMPRESA: CNPJ : ENDEREÇO: CIDADE: CEP: TELEFONE: E-MAIL:

7.2- QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1- Registro comercial e cópia da Cédula de Identidade do Representante legal da empresa no caso de empresa individual;

7.2.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, acompanhado da cópia do RG ou outro documento oficial com foto e do CPF, de seus sócios e administradores;

7.2.3- Em se tratando de sociedade por ações cópia da documentação de eleição de seus administradores acompanhada de cópia do RG ou outro documento oficial com foto e do CPF, dos mesmos;

7.2.4- Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

7.2.5- As declarações constantes dos anexos do presente edital deverão preferencialmente ser impressos em papel timbrado da empresa contendo (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM CEP E CIDADE, TELEFONE, ETC);

7.3- QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.3.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica **(CNPJ)**;

7.3.2 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Secretaria da Receita Federal – **PGFN**;

7.3.3 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

7.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, Estado sede do licitante;

7.3.5 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.;

7.3.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)**, comprovando a inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho .

7.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.4.1- Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor na sede da Pessoa Jurídica, com data não superior de 90 (noventa) dias da sua emissão.

7.5- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1- O licitante deverá apresentar 2(dois) atestados emitidos por entidade de direito público ou privado, sendo dispensada estas certidões nos casos de já terem fornecido, satisfatoriamente, para a Administração Pública Municipal de Campina Verde/MG. Os atestados deverão comprovar que a empresa licitante vem fornecendo, ou forneceu produtos compatíveis com o objeto do presente certame;

7.5.2 - Os atestados técnicos solicitados deverão ser emitido em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, com a identificação clara do signatário, inclusive com a indicação do cargo que ocupa.

7.5.3 - Alvará de Funcionamento dentro do prazo vigente, expedido pelo Município da Sede da proponente;

7.6- Outras Comprovações:

7.6.1- Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Modelo **Anexo III**);

7.6.2- Declarações Obrigatórias – (Modelo – **Anexo IV**);

7.6.3- Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso; (Modelo – **Anexo V**).

Observação.

a) **As declarações relacionadas nos itens: 07.6.1; 7.6.2 e 7.6.3, deverão ser entregues juntamente com os documentos do credenciamento (fora dos envelopes de propostas de documentação habilitadora);**

b) Os documentos que forem apresentados no Credenciamento, não precisarão constar no Envelope nº 2 “Documentos de Habilitação”

7.7- Serão considerados inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem com vícios;

7.8- Os documentos acima mencionados deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Se cópia simples, apresentar os originais para conferência..

7.9- Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo 90 (noventa) dias, após a sua data de emissão

7.10- As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida, incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.11- A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior (7.10), implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1- Na data, horário e local indicados neste Edital, será aberta a Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame;

8.2- Encerrado o credenciamento, será iniciada a abertura dos envelopes de Proposta de Preços, não sendo aceito o ingresso de nenhum representante tardio, a proponente que deixar de

realizar o credenciamento esta ficará impedida de ofertar lances, interpor recursos e manifestar-se durante a sessão, sendo aproveitada somente a sua proposta escrita inicial;

8.3- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

8.3.1- Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

8.3.2- Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais Proponentes;

8.3.3- Com preços excessivos (manifestamente superiores ao limite de preços de mercado), tomando como paradigma a “estimativa de valor” previsto neste edital.

8.3.3.1- A estimativa de valores previstos neste edital, poderá variar para mais ou para menos, dependendo da política de preços e ou variação dos insumos no momento do Pregão.

8.3.4- Com preços manifestadamente inexequíveis;

8.3.5- Os itens apresentados pelas proponentes deverão respeitar as especificações e valores máximos constantes do Termo de Referência do presente edital a proposta que desobedecê-la, será considerada em desacordo com as exigências deste Pregão Presencial, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, ficando a critério do Pregoeiro avaliar sua aceitação se identificado alguma justificativa plausível.

8.4- No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;

8.5- As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.5.1- Seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

8.5.1.1- Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número;

8.6- Caso o Pregoeiro entenda necessário poderá classificar todas as empresas para a etapa de lances verbais, independente do valor, objetivando o MENOR PREÇO GLOBAL, aumentando a competitividade;

8.7- O Pregoeiro convidará individualmente as Proponentes autoras das propostas selecionadas a formular lances verbais de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;

8.8- Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de MENOR PREÇO GLOBAL;

8.9- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de apresentação de lance verbal, com a manutenção do último preço por ele apresentado para efeito de ordenação das propostas. Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida;

8.10- A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário e somente será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances;

8.11- O Pregoeiro poderá negociar com a Proponente autora da proposta de menor valor com vistas à redução do preço;

8.12- Na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

8.12.1 - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.12.2- Entretanto, ocorrendo o empate conforme descrito nos subitens anteriores, o objeto da contratação não será adjudicado imediatamente a ME ou EPP. Deverá ser realizado o seguinte procedimento:

8.12.3- **Estabelece** que ("a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.")

8.12.2.1- A ME ou EPP mais bem classificada, dentre as que se enquadrem nas condições aventadas (propostas até 5%, no pregão – superiores a mais bem classificadas) poderá apresentar proposta de preço inferior ao da oferta considerada vencedora do certame. Somente neste caso é que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.12.2.2- Finalmente, não havendo contratação de ME ou EPP nos moldes acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. Ressalte-se, ainda, que essas regras somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial já não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

8.13- Superada a fase de classificação, o Pregoeiro passará a abertura do envelope de documentos da primeira colocada, examinando os mesmos;

8.14- Se a oferta não for aceitável, ou se a Proponente desatender as exigências para a habilitação. O Pregoeiro examinará a oferta subsequente de MENOR PREÇO GLOBAL, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, neste momento será suspensa a seção e será marcada uma data onde será realizada uma PROVA DE CONCEITO;

8.14.1. DA PROVA DE CONCEITO

8.14.2. Declarado provisoriamente o vencedor do certame, o presidente da Comissão de Licitação irá suspender a sessão pública para realização de PROVA DE CONCEITO (POC) que deverá acontecer em no máximo 5 dias após a data da licitação. A prova visa averiguar de forma prática se a aplicação a ser utilizada para acompanhamento e monitoramento ofertado atende às especificações dos requisitos funcionais e não funcionais estabelecidos nesse edital.

Qualquer interessado poderá acompanhar a realização da PROVA DE CONCEITO, sendo que durante a POC somente poderão se manifestar a equipe do PODER CONCEDENTE e o LICITANTE respondente à prova, podendo os demais interessados se manifestar por escrito durante a fase de recursos.

Toda a infraestrutura de hardware e software necessária para demonstração do atendimento aos requisitos é de responsabilidade do LICITANTE, assim como as massas de dados necessárias para a demonstração.

Todos os componentes de hardware e software disponibilizados para a realização da POC deverão ser disponibilizados exclusivamente pela vencedora do certame, considerando todos os recursos de conectividade eventualmente necessários quando aplicável.

Uma vez iniciada a POC é vedada ao licitante a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware e software dedicados à prova.

Caberá ao PODER CONCEDENTE apenas a disponibilização do local para realização da PROVA DE CONCEITO.

Será concedida uma única oportunidade de aplicação da PROVA DE CONCEITO por LICITANTE.

Serão condições de reprovação:

- Não comparecimento para execução da prova na data e hora marcadas, devendo considerar a data e hora marcadas como o início da PROVA DE CONCEITO, devendo qualquer preparação de equipamento pelo LICITANTE ocorrer anteriormente a essa data e hora.
- Não atendimento de 100% (cem por cento) da **FERRAMENTA PARA MONITORAMENTO** a serem avaliados na PROVA DE CONCEITO.
- Em caso de reprovação do LICITANTE na PROVA DE CONCEITO, serão convocados os licitantes subsequentes, conforme a ordem de classificação.
- A reprovação na PROVA DE CONCEITO desclassifica o LICITANTE de todo o certame.

8.14.3 Havendo reprovação na PROVA DE CONCEITO, será convocada a licitante subsequente e marcada nova data para apresentação da mesma PROVA DE CONCEITO, sendo aprovada na referida prova;

8.15- Lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos licitantes;

8.16- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

IX- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1- No final da sessão, a Proponente que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção e suas razões, que será constado na Ata da Sessão, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais. Ficando as demais Proponentes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

9.2- A ausência de manifestação imediata e motivada da Proponente importará: a decadência do direito de recurso;

9.3- Inexistindo manifestação recursal, caberá a autoridade competente a adjudicação e homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

9.4- Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

9.5- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à Proponente vencedora e homologará o procedimento;

9.6- As decisões do Pregoeiro quanto a recurso serão divulgadas no site do município www.campinaverde.mg.gov.br ou enviadas pelo e-mail: licitacao03@campinaverde.mg.gov.br



X – QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÃO E VALOR REFERÊNCIA:

	Prefeitura Municipal de Campina Verde	No PROCESSO: 0013069			
	Termo de Referência do Processo	DATA ABERTURA 02/05/2023			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-SUS AB PEC (PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO), BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO, COM SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE HOSPEDAGEM EM CENTROS DE DADOS OU DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR LOCAL, SERVIÇOS DE BACKUP E ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SOFTWARE E-SUS AB PEC. DISPONIBILIDADE SLA 99,5%.	SE	2	R\$ 2.441,67	R\$ 4.883,33
2	SUPORTE, MONITORAMENTO, CONTROLE, GERENCIAMENTO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BACKUP, ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO E-SUS-AB-PEC, E-SUS TERRITÓRIO, E-SUS ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA, SISTEMA HORUS, CNES, BPA, E-GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SE	12	R\$ 6.733,33	R\$ 80.800,00
3	TREINAMENTO NO USO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), BPA, CNES, RAAS, E OUTROS SISTEMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	HR	480	R\$ 66,67	R\$ 32.000,16

10.4 - Este Contrato terá validade por até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser renovado conforme legislação vigente.

XI-DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS FINANCEIROS

11.1- A despesa decorrente da execução da presente licitação correrão a conta das Dotações Orçamentárias do orçamento em vigor, abaixo descritas:

Ficha	Fonte	Dotação Orçamentária
424	2600	02.02.10.02.10.301.0013.08.2201.3.3.90.39.0000 – Outro Serv. de Terceiro – PJ

11.2-O Município fará constar do orçamento do ano seguinte : Exercício; 2024, dotações para custear despesas relacionadas a esta licitação pelo prazo desta contratação

11.3- O recurso financeiro é proveniente da fonte financeira constante do quadro acima.

XII - DO CONTRATO

12.1 - A empresa vencedora, após homologação, deverá assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da homologação ;

12.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no subitem anterior caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades a que se refere à Lei nº 8.666/93;

12.3 - Quando a Proponente Vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato (ou retirar o instrumento equivalente), será convocada as demais Proponentes classificadas na ordem de classificação;

12.4 - A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem que a empresa está cumprindo a Legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na Licitação;

12.5 - O prazo de validade do Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, nos termos da Lei 8.666/93, podendo ser renovado conforme legislação vigente.

12.6 - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.7 - A Administração rejeitará o fornecimento, objeto desta licitação que estiver em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8666/93).

12.8 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como o procedimento licitatório e seus anexos demais elementos concernentes à Licitação que servirem de base ao Processo Licitatório, independente de transcrição;

12.9 - Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Extrato do Contrato conforme estabelece o Artigo 61, da Lei nº 8.666/93;

XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - A CONTRATANTE obrigar-se-á:

13.1.1 - A proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;

13.1.2 - Fiscalizar e acompanhar, através da Secretaria solicitante, a execução do contrato, objeto deste Pregão Presencial;

13.1.3 - Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

13.1.4 - Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante no prazo fixado.

13.1.5 - À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o fornecimento foi executado em conformidade com as especificações do contrato;

13.1.6 - A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á:

14.1.1 - **Fornecer o item licitado conforme especificação no termo de referência ou superior ao especificado se aceito pela licitante;**

14.1.2 – O item ofertado deve ter garantia assegurado pelo licitante;

14.1.3 - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando do fornecimento do objeto contratado;

14.1.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

14.1.5 - Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, comerciais, ambientais, trabalhistas e outros resultantes desta contratação ;

14.1.6 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

14.1.7 - Não permitir a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

14.1.8 -A CONTRATADA não poderá subcontratar para a execução do objeto deste contrato, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

XV - DO PAGAMENTO

15.1 -O pagamento será efetuado à(s) empresa(s) contratada(s) em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Solicitante que deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente ao objeto, a quantidade adquirida, Nº do Processo Licitatório e Nº do Contrato, sendo a mesma emitida sem rasura.

15.2- Na apresentação da Nota Fiscal, a licitante vencedora deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito do INSS e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e trabalhista com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade.

15.3- Além da documentação fiscal relacionada no item anterior, a empresa deverá apresentar a nota fiscal relativa ao empenho emitido pela Prefeitura Municipal;

15.4- O pagamento será realizado mediante crédito com Conta Corrente de titularidade do(s) fornecedor(es) ou através de cheque nominal a(s) empresa(s) fornecedora(s);

15.5- Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontinuados e reiniciados após a correção necessária;

XVI - DOS PREÇOS CONTRATADOS E SEU REAJUSTAMENTO

16.1 - Os preços da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** deverão ser mantidos inalterados pelo período de vigência da contratação, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial do contrato. Neles já se encontram computados todos os

impostos, taxas, contribuição social, encargos trabalhistas, fretes, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias para o fornecimento do objeto.

16.2 - Será considerado compatível com o preço de mercado, o preço que for igual ou inferior à média apurada pelo Departamento de Compras e Licitações, registrados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital;

16.3 - Quando o preço contratado tornar-se superior a média de preço de mercado, a CONTRATANTE deverá convocar o **FORNECEDOR CONTRATADO**, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-la à média apurada pelo Setor de Compras e Licitações;

16.4 - Quando o preço de mercado tornar-se inferior aos preços contratados o **FORNECEDOR poderá encaminhar à CONTRATANTE, por escrito os pedidos de reequilíbrio de valores juntamente com os documentos comprobatórios de alteração de preços, que serão analisados e decididos pelo Setor Competente da Prefeitura de Campina Verde-MG,**

16.5 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** e aquele vigente no mercado à época do contrato inicial - equação econômico-financeira.

16.6 - As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão feitas por meio de Termo Aditivo.

XVII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

17.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas; garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na minuta do contrato – Anexo VII deste edital;:

XVIII - DAS PENALIDADES

18.1 - Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório; (**penalidade prevista no “Art. 93, Lei 8.666/93”**).

18.2- Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro ensejo de devassá-lo; (Pena prevista no “Art. 94 – Lei 8666/93).

18.3- Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo. Incorre na mesma pena quem se abstém de licitar em razão de vantagem oferecida; (**Penalidade prevista no “Art. 95 Lei 8666/93**).

XIX- DA FISCALIZAÇÃO

19.01 - A fiscalização sobre a execução do contrato da presente licitação será exercida pelo Secretário solicitante, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

XX -DA RESCISÃO

20.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência do presente Licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

XXI -DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1 - Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

21.2 - A nulidade do procedimento Licitatório induz à do Contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto do parágrafo único do Artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

XXII -DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa; respeitada à igualdade de oportunidade entre as Proponentes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

22.2 - É facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do processo Licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta;

22.3 - A apresentação da Proposta de Preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão Presencial, sujeitando-se a Licitante as sanções previstas nos Artigo 87 e 88, da lei nº 8.666/93;

22.4 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelas Proponentes presentes que desejarem;

22.5 - É vedada a subcontratação, parcial ou total, de empresa para o fornecimento do Objeto deste Pregão Presencial, salvo, com autorização da Contratante;

22.6 - Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, à Rua 30 nº. 296, Bairro Medalha Milagrosa – CEP: 38270-00, Fone (34) 3412-9117, e-mail: licitacao03@campinaverde.mg.gov.br com o pessoal do setor de licitações.

22.7 - É facultado ao Pregoeiro em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do valor ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

XXIII- CASOS OMISSOS

23.1 - Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei Federal nº 10.520 e Lei nº 8.666/93.

XXIV -ANEXOS DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

24.1 - Integram o presente Pregão Presencial, dele fazendo parte como se transcrito em seu corpo os seguintes anexos:

1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
2. ANEXO II – MODELO CARTA CREDENCIAL/ PROCURAÇÃO;
3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
4. ANEXO IV – DECLARAÇÕES OBRIGATORIAS;
5. ANEXO V – MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME OU EPP;
6. ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
7. ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO.

Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, 11 de abril de 2023.

Ayrton Carlos Rodrigues Júnior
Pregoeiro

Helder Paulo Carneiro
Prefeito Municipal

Equipe de apoio:

Eliana de Oliveira Duarte

Antônia de Paula Silva

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

I - DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE/MG. Tal solicitação foi analisada e justifica sua aquisição.

Segue abaixo a descrição do serviço a ser prestado:

II - JUSTIFICATIVA / FINALIDADE / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A Atenção Básica (AB), através da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), se define como o primeiro nível de atenção à saúde em uma rede ou sistema integrado de serviços para o atendimento integral às necessidades de saúde da população. No Sistema Único de Saúde (SUS), cabe aos municípios a organização e a realização da AB em consonância com os princípios definidos pela esfera federal e estadual. O processo de gestão da informação apoia os profissionais e gestores nas atividades de identificação, aquisição, organização, armazenamento, distribuição e uso adequado da informação, independentemente do formato ou meio em que se encontra (seja em documentos físicos ou digitais). Seu objetivo é fazer com que as informações cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo. Isso é alcançado através da sinergia entre a tecnologia da informação e comunicação (TIC) e os recursos informativos visando o desenvolvimento de estratégias e estruturação de atividades organizacionais. A Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), de caráter orientador, apresentam princípios e diretrizes norteadores de uma

organização institucional, tais como: a melhoria da qualidade e do acesso ao sistema de saúde brasileiro; a transparência e segurança da informação em saúde; o acesso à informação de saúde pessoal como um direito do cidadão; o suporte da informação para tomada de decisão por parte do gestor e profissional de saúde; e, por fim, o desenvolvimento institucional do SUS e de todo o sistema de saúde brasileiro, com ganho de eficiência na redução do número de sistemas de informação em saúde existentes ou sua simplificação, gestão e formação de pessoas, monitoramento e avaliação das ações, logística, pagamento e transferência de recursos e outros processo-meio. A Estratégia e-SUS Atenção Básica oferta aos profissionais da Atenção Básica a solução do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), que conta com uma gama de ferramentas que auxiliam o seu trabalho, na organização da agenda da equipe, durante o registro de seus atos de cuidado e do acompanhamento da saúde dos usuários do serviço. Para que seu uso seja realizado de forma adequada pelas equipes de AB, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) necessitam de uma estrutura de informatização e conectividade mínima, para que seja possível a implantação de um sistema de prontuário eletrônico com esta complexidade. Com vistas a dar continuidade à execução das ações propostas na PNIIS de 2016, focando na construção e evolução da estrutura de e-Saúde no âmbito do SUS no país, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) publicou a Resolução nº 7, de 24 de novembro de 2016 que “define o prontuário eletrônico como modelo de informação para registro das ações de saúde na atenção básica e dá outras providências”, como forma de impulsionar a preparação das UBS para o uso de soluções de prontuário eletrônico em todo o território nacional. Atualmente ainda há uma lacuna importante no que tange a informatização de grande parte das UBS em grande parte dos municípios brasileiros, seja na infraestrutura de equipamentos de informática, seja na disponibilidade de conectividade, impactando diretamente na capacidade de implantação de sistemas de PE nestas unidades de saúde. Por tudo exposto, para que os objetivos estratégicos de qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade no compartilhamento nacional de dados do SUS, se fazem necessária a contratação de solução que contemple serviços de software de gerenciamento da solução, disponibilização e implantação, treinamento dos profissionais de saúde e suporte técnico para dar sustentação ao uso;

O objeto consiste na contratação dos serviços de capacitação e suporte em sistemas de saúde como:

* ESUS AB - estratégia e-SUS AB - PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) e CDS – Coleta Seletiva de Dados, e-SUS Território e e-SUS atenção domiciliar.

* SIASUS - Sistema De Informações Ambulatoriais. Registro dos atendimentos realizados no âmbito ambulatorial. Sistema padronizado em âmbito nacional constituiu-se em instrumento fundamental à gestão municipal do SUS. Tem como finalidade registrar os atendimentos e tratamentos realizados em cada estabelecimento de saúde no âmbito ambulatorial.

* BPA-Mag - É um aplicativo de captação e destina-se ao registro dos procedimentos realizados pelos estabelecimentos de saúde, estes procedimentos são registrados de duas formas: Boletim De Produção Ambulatorial Consolidado (BPA-c) e Boletim De Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-i). O BPA-Mag permite a apresentação da competência atual, ou competência vigente, e de três competências anteriores.

* FPO - a Ficha De Programação Orçamentária foi implantada no início da década de 1990, quando instituído o sistema de informação ambulatorial - SIA/SUS. A Ficha De Programação Orçamentária foi o instrumento de programação do SIA/SUS.

* HORUS – Sistema para gerenciamento de produtos farmacêuticos;

* CNES - Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde é o sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrem o Sistema Único De Saúde

(SUS). Trata-se do cadastro oficial do Ministério Da Saúde (MS) no tocante à realidade da capacidade instalada e mão-de-obra assistencial de saúde no Brasil em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, com convênio SUS ou não. O CNES é a base cadastral para operacionalização de mais de 90 (noventa) sistemas de base nacional, tais como: Sistema De Informação Ambulatorial (SIA), Sistema De Informação Hospitalar (SIH), E- Sus Atenção Primária (E-SUS APS), entre outros. É uma ferramenta auxiliadora, que proporciona o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, de forma a auxiliar no planejamento em saúde das três esferas de Governo, para uma gestão eficaz e eficiente.

Conforme quadro no item:

	Prefeitura Municipal de Campina Verde	No PROCESSO: 0013069			
	Termo de Referência do Processo	DATA ABERTURA 02/05/2023			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-SUS AB PEC (PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO), BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO, COM SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE HOSPEDAGEM EM CENTROS DE DADOS OU DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR LOCAL, SERVIÇOS DE BACKUP E ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SOFTWARE E-SUS AB PEC. DISPONIBILIDADE SLA 99,5%.	SE	2	R\$ 2.441,67	R\$ 4.883,33
2	SUPORTE, MONITORAMENTO, CONTROLE, GERENCIAMENTO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BACKUP, ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO E-SUS-AB-PEC, E-SUS TERRITÓRIO, E-SUS ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA, SISTEMA HORUS, CNES, BPA, E-GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SE	12	R\$ 6.733,33	R\$ 80.800,00
3	TREINAMENTO NO USO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), BPA, CNES, RAAS, E OUTROS SISTEMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	HR	480	R\$ 66,67	R\$ 32.000,16

III - DA PROVA DE CONCEITO

3.1. Declarado provisoriamente o vencedor do certame, o presidente da Comissão de Licitação irá suspender a sessão pública para realização de PROVA DE CONCEITO (POC) que deverá acontecer em no máximo 5 dias após a data da licitação. A prova visa averiguar de forma prática se a aplicação a ser utilizada para acompanhamento e monitoramento ofertado atende às especificações dos requisitos funcionais e não funcionais estabelecidos nesse edital. Qualquer interessado poderá acompanhar a realização da PROVA DE CONCEITO, sendo que durante a POC somente poderão se manifestar a equipe do PODER CONCEDENTE e o LICITANTE respondente à prova, podendo os demais interessados se manifestar por escrito durante a fase de recursos.

Toda a infraestrutura de hardware e software necessária para demonstração do atendimento aos requisitos é de responsabilidade do LICITANTE, assim como as massas de dados necessárias para a demonstração.

Todos os componentes de hardware e software disponibilizados para a realização da POC deverão ser disponibilizados exclusivamente pela vencedora do certame, considerando todos os recursos de conectividade eventualmente necessários quando aplicável.

Uma vez iniciada a POC é vedada ao licitante a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware e software dedicados à prova.

Caberá ao PODER CONCEDENTE apenas a disponibilização do local para realização da PROVA DE CONCEITO.

Será concedida uma única oportunidade de aplicação da PROVA DE CONCEITO por LICITANTE.

Serão condições de reprovação:

- Não comparecimento para execução da prova na data e hora marcadas, devendo considerar a data e hora marcadas como o início da PROVA DE CONCEITO, devendo qualquer preparação de equipamento pelo LICITANTE ocorrer anteriormente a essa data e hora.
- Não atendimento de 100% (cem por cento) da **FERRAMENTA PARA MONITORAMENTO** a serem avaliados na PROVA DE CONCEITO.
- Em caso de reprovação do LICITANTE na PROVA DE CONCEITO, serão convocados os licitantes subsequentes, conforme a ordem de classificação.
- A reprovação na PROVA DE CONCEITO desclassifica o LICITANTE de todo o certame.

3.2 Havendo reprovação na PROVA DE CONCEITO, será convocada a licitante subsequente e marcada nova data para apresentação da mesma PROVA DE CONCEITO, sendo aprovada na referida prova;

3.3 Lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos licitantes;

3.4 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

IV - PRAZO E EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

4.1- O licitante terá um prazo de 15 dias para entrega e instalação(inicial) dos sistemas necessários para implantação do processo e início dos treinamentos.

4.2- A competência para solicitar e autorizar o objeto fornecido será por conta da Secretaria solicitante, bem como para fiscalizar seu fornecimento.

4.3- O prazo deste contrato é de 12 meses a contar da data de assinatura do mesmo, podendo ser renovado segundo legislação vigente.

V- DO CONTRATO

5.1- Conforme estabelecido neste edital e Minuta de Contrato - Anexo VII

Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, 11 de abril de 2023

Secretário Solicitante:

MIGUEL ÂNGELO DE OLIVEIRA RIBEIRO
(Secretário de Saúde)

ANEXO II –(MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO)

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

Pelo presente instrumento, a empresa C.N.P.J....
....., endereço, por seu(s) representante(s)
legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui o Sr., Cargo:
.....; inscrito no CPF sob o no., portador da cédula de identidade RG
no., residente e domiciliado em, com endereço comercial
na, ao qual **OUTORGA AMPLOS PODERES** para representá-la em todos
os atos inerentes ao **PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL Nº
31/2023**, do Município de Campina Verde-MG, podendo, formular lances, complementar,
interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir,
desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações, enfim, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel cumprimento deste instrumento.

Domicílio do Licitante, aos de de 2023.

ASS.:

Representante(s) legal(is) com carimbo da licitante

Obs.:

- 1) Assinatura com firma reconhecida;
- 2) Apresentar no ato do credenciamento.

ANEXO III(MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO).

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

A empresa, CNP,
com sede na Rua/AV. /MG, neste ato
representada pelo(a) Sr(a)..... RGNº,
CPF nº, estado civil, **DECLARA** sob as penas da lei,
que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da
Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002.

..... de de 2023.

Nome Legível e Assinatura

Obs. Apresentar esta declaração juntamente com os documentos de credenciamento.

ANEXO IV – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

Eu.....(nome completo)....., representante legal da empresa com sede na rua, inscrita no CNPJ sob nº., interessada em participar da licitação em epígrafe, do **MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE-MG, DECLARO**, sob as penas da Lei, o que segue:

a) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; ()

b) para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº.9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. ()

Ressalva: Emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz (___) (Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

c) nos termos do parágrafo 6º do Artigo 27 da Lei nº.6.544, de 22 de novembro de 1.989, a (nome da pessoa Jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

d) **declara** sob penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** são servidores públicos municipais ou ocupantes de cargos comissionados ou outros cargos, no Município de Campina Verde-MG, descritos no art. 9, III da Lei 8.666/93 e que **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau do Prefeito, Secretários Municipais e principalmente ao Pregoeiro e Equipe de Apoio e membros da comissão de licitação, ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

Local, data

(assinatura do representante legal)

Nome:

RG:

Obs.:

- 1- Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital.
- 2- Apresentar no ato do credenciamento.



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME OU EPP

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

AO
Município de Campina Verde-MG
A/C Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio
Ref. Pregão Presencial – Edital nº 31/2023

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à nº, Bairro....., em Campina Verde-MG, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a.), portador(a) do R.G. nº /.....e do CPF nº-....., **DECLARA** que se enquadra como **Microempresa - ME** () ou **Empresa de Pequeno Porte – EPP** (), nos termos do enquadramento previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, cujos termos **declaro** conhecer na íntegra, bem como não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º. **DECLARA**, ainda, estar ciente das sanções que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no artigo 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e Data:

Assinatura do Represente Legal

Nome: _____

RG _____

Obs.:

- 1- Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital;
- 2- Apresentar no ato do credenciamento.

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

PROPOSTA COMERCIAL

(preenchida em papel timbrado da licitante)

Razão Social:
CNPJ/INSC. ESTADUAL:/.....
Endereço:
Telefone:
Nome do Representante Legal:
Identidade do Representante Legal CPF do Representante Legal: /

Ao Município de Campina Verde-MG.
Apresentamos abaixo a proposta comercial para o fornecimento de 1(um)

Prazo de Validade da Proposta (.....) dias. (Não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação da proposta .

Local e forma do Fornecimento:

- O Objeto deste contrato deverá ser fornecido segundo o quantitativo solicitado no endereço Rua/Av , bairro.....Campina Verde-MG - CEP: 38270-00

- **Condições de Pagamento:**(.....) dias (não inferior a 30 (trinta) dias após a emissão de Nota Fiscal referente ao fornecimento do item solicitado.

DECLARAÇÃO:

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos custos diretos e indiretos para a perfeita execução do avençado, tipo despesa com transporte, frete, descarregamento, garantia, seguro, encargos da legislação trabalhista e previdenciária, impostos, taxas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas do Edital e seus anexos.

	Prefeitura Municipal de Campina Verde	No PROCESSO: 0013069			
	Termo de Referência do Processo	DATA ABERTURA 02/05/2023			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-SUS AB PEC (PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO), BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO, COM SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE HOSPEDAGEM EM CENTROS DE DADOS OU DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR LOCAL, SERVIÇOS DE BACKUP E ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SOFTWARE E-SUS AB PEC. DISPONIBILIDADE SLA 99,5%.	SE	2		
2	SUPORTE, MONITORAMENTO, CONTROLE, GERENCIAMENTO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BACKUP, ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO E-SUS-AB-PEC, E-SUS TERRITÓRIO, E-SUS ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA, SISTEMA HORUS, CNES, BPA, E-GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SE	12		
3	TREINAMENTO NO USO DO SISTEMA E-SUS AB (PEC, CDS), BPA, CNES, RAAS, E OUTROS SISTEMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	HR	480		
VALOR GLOBAL					

Valor por extenso: R\$..... (.....)

OBS: - HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR UNITÁRIO E O TOTAL SERÁ CONSIDERADO O VALOR UNITÁRIO.
- É OBRIGADO A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPRESSA E ASSINADA.

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa e carimbo se houver

17-12

1938

CAMPINA VERDE

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

Processo Nº 13069
Modalidade: Pregão Presencial
Edital Nº 31/2023
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.

CONTRATO Nº/2023

CONTRATO PARA FORNECIMENTO ,QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE-MG E A EMPRESA

.....,
NO VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$.....
(.....), NOS TERMOS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº,
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL Nº 31/2023, DO TIPO PREGÃO MENOR PREÇO GLOBAL E
CLÁUSULAS ABAIXO QUE RECIPROCAMENTE ACERTAM E OUTORGAM.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA :DAS PARTES:

1.1- O Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.457.291/0001-07, com sede à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38270-000 – Campina Verde-MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Helder Paulo Carneiro, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, portador da Cédula de Identidade nº M-9.319612 SSP/MG, CPF: 002.255.366-50 residente nesta cidade à Av 15, Nº 1.377, Bairro Centro, CEP: 38270-000 em Campina Verde-MG, neste instrumento contratual denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

1.2- A Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, Inscrição Estadual nº, localizada à Rua/Avenidanº, Bairro....., CEP:, na cidade de, Estado de, neste instrumento contratual denominada simplesmente **CONTRATADA**.

2- CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 4(quatro) máquinas copiadora/impressoras coloridas e 33(trinta e três) máquinas copiadoras/impressoras monocromática

conforme discriminado na proposta de preço e negociado valor mensal de locação, para atender a necessidade das diversas Secretarias solicitantes do Município de Campina Verde/MG, segundo solicitação das mesma a contar da data de assinatura deste contrato, constantes do quadro abaixo:

	Prefeitura Municipal de Campina Verde Termo de Referência do Processo			Nº PROCESSO: 0013069		
				DATA ABERTURA: 03/04/2023		
SOLIC.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
	1		UN	01		
	.					
	.					
	.					
TOTAL						R\$

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

3.1. A despesa relacionada a aquisição prevista neste contrato, correrá à conta da dotação orçamentária descrita no quadro abaixo e constante do orçamento em vigor. E para o ano seguinte - 2023, as que vierem substituí-las;

3.2- O recurso financeiro são os provenientes da Fonte financeira descritas no quadro abaixo:

Ficha	Fonte	Dotação Orçamentária
424	2600	02.02.10.02.10.301.0013.08.2201.3.3.90.39.0000 – Outro Serv. de Terceiro – PJ

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado segundo legislação vigente;

5- CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. **Na Nota Fiscal deverá constar o item conforme o descrito na cláusula segunda deste contrato, com o número do Pregão – Edital nº 31/2023, e deverá ser emitida uma NF para a ficha orçamentária empenhada, para fins contábeis**

5.2. Após a devida conferência da Secretaria requisitante, sendo o mesmo aceito, os valores devidos pela **Contratante** serão pagos em até 30 (trinta) dias após a data da entrega do produto, mediante a entrega da Nota Fiscal, e a comprovação da regularidade com o INSS, FGTS e Trabalhista.

5.3. Quando for constatada qualquer irregularidade no documento fiscal(NF) será imediatamente solicitado à **Contratada**, Carta de Correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao Setor Financeiro do Município no prazo de 3 (três) dias úteis.

5.4. Caso a **Contratada** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6. CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES:

6.1. Para a **Contratada**, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, gradual conforme a gravidade de infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor do contrato, atualizado à data da infração, cumulável com as demais sanções;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, conforme Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

§ 1º : A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à sede da CONTRATANTE, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificados até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão, a critério e juízo da CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas;

§ 2º : A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do objeto for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, que fixará novo prazo, este improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

6.2. É vedada a transferência total, ou parcial, para terceiros, do objeto do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS CONTRATADOS E SEU REAJUSTAMENTO:

7.1. Os preços contratados deverão ser mantidos inalterados pelo período de vigência da contratação, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial do contrato. Neles já se encontram computados todos os impostos, taxas, contribuição social, encargos trabalhistas, fretes, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias para o fornecimento do objeto. (art. 65 II “d” – Lei Federal nº 8.666/93).

7.2. Será considerado compatível com o preço de mercado, o preço que for igual ou inferior à média apurada pelo Departamento de Compras e Licitações;

7.3. Quando o preço contratado tornar-se superior a média de preço de mercado, a CONTRATANTE deverá convocar o **FORNECEDOR CONTRATADO**, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-la à média apurada pelo Setor de Compras e Licitações;

7.4. Quando o preço contratado tornar-se inferior a média de preço de mercado, o **FORNECEDOR CONTRATADO** poderá encaminhar à CONTRATANTE, por escrito os pedidos de reequilíbrio de valores juntamente com os documentos comprobatórios de alteração de preços, que serão analisados e decididos pelo Setor Competente da Prefeitura de Campina Verde-MG,

7.5. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** e aquele vigente no mercado à época do contrato inicial - equação econômico-financeira.

7.6. As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, bem como a redução serão feitas por meio de Termo Aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES :

8.1. A **Contratada** se obriga a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato e procedimento licitatório – Pregão presencial – Edital n.º 31/2023, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, de acordo com § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.;

9. CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA:

9.1. A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

10.1. Qualquer fato que for apurado em detrimento da execução deste contrato , ocasionará rescisão imediata do mesmo.

10.2. Constituem causas para a rescisão do contrato, aquelas previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1992 e suas alterações.

10.3. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da EMPRESA, fica a PREFEITURA/MUNICÍPIO autorizada a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **FORNECEDOR CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação.

11.2. Fica fazendo parte integrante deste contrato , independente de transcrição , o processo licitatório – Pregão Presencial, Edital nº 31/2023 e seus anexos, proposta de preços apresentada e vencedora .

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campina Verde-MG para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, foi assinado pelas partes e testemunhas , em 3 (três) vias de igual teor e forma..

Campina Verde-MG, ----- de ----- de 2023

CONTRATANTE:

Município de Campina Verde/MG
Helder Paulo Carneiro
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Testemunhas:

1- _____

CPF : _____

2- _____

CPF: _____

AVISO: O Município de Campina Verde-MG, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do procedimento licitatório, modalidade: Pregão presencial – Edital nº 31/2023, Processo: 13069 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESENCIAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SUPORTE AOS USUÁRIOS, MONITORAMENTO, TREINAMENTO NO USO DOS SISTEMA E-SUS AB(PEC, CDS, TERRITÓRIO, ATENÇÃO DOMICILIAR E ATIVIDADE COLETIVA) HORUS, CNES, BPA, GESTOR E DEMAIS SISTEMAS DISTRIBUÍDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO OU HOSPEDAGEM DO E-SUS(BANCO DE DADOS E APLICAÇÃO), EM TODA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. 424/1600, RECURSO INFORMATIZA APS PORTARIAS MINISTÉRIO DA SAÚDE 261 E 2979 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE-MG.** Entrega dos envelopes de propostas e documentação de habilitação, credenciamento e início da sessão do Pregão: dia 02/05/2023, às 09:00 horas, à .Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa, CEP: 38270-000 –Campina Verde-MG. Edital completo disponível no site: www.campinaverde.mg.gov.br Informações: Pessoalmente: no endereço acima de segunda a sexta feira, exceto feriados. Telefone:(34) 3412-9117, e mail: licitacao03@campinaverde.mg.gov.brAyrton Carlos Rodrigues Júnior – Pregoeiro.

Publicar:

Site do Município
Estado de Minas